



A DESOCUPAÇÃO NO BRASIL E A PANDEMIA DA COVID-19

.Márcio Henrique de Freitas Cavichioli (PPGE/UFMT) – cavichioli@hotmail.com¹

Suely Dulce de Castilho (PPGE/UFMT) – castilho.suely@gmail.com²

GT 3: Educação e Diversidades Culturais

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar o comportamento da desocupação no Brasil em 2020, como forma de avaliar se o desemprego impactou de forma proporcional à população brasileira ao longo da pandemia ou acentuou as diferenças raciais, educacionais e de gênero. A principal fonte de dados foi a pesquisa PNAD COVID19, implementada pelo IBGE em 2020 e foram utilizadas as seguintes variáveis: desocupação, cor ou raça, sexo e nível de instrução. Trata-se de uma pesquisa com uma abordagem quantitativa e qualitativa e a perspectiva teórica se baseou em autores pós-coloniais. Após as análises dos dados, constatou-se que antes da pandemia já existiam desigualdades de sexo, racial e educacional sobre a temática do emprego/desemprego no Brasil e essas desigualdades foram acentuadas durante a crise sanitária.

Palavras-chave: Educação. Teorias pós-coloniais. Pandemia. PNAD COVID19.

1 Introdução

Este artigo³ se insere nas discussões sobre educação em tempos de pandemia, desigualdades sociais, relações raciais, desigualdades de gênero, emprego e desemprego. Tratar desses temas no cenário atual só pode ser feito quando se observa que o mundo ainda atravessa a maior crise sanitária do planeta, devido à pandemia da Covid – 19. Os efeitos dessa crise são sentidos em praticamente todas as esferas da sociedade como pessoas precisando de questões elementares para sobreviver, empresas falindo, cidadãos perdendo seus empregos, estudantes e trabalhadores precisando se adaptar às aulas e trabalhos de forma remota e, principalmente, centenas de milhares de brasileiros perdendo às suas vidas em meio a hospitais e demais unidades de saúde sobrecarregados devido ao elevado percentual de pessoas contaminadas ao longo dos meses de 2020 e 2021.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desenvolveu uma

1 Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura do IBGE.

2 Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal de Mato Grosso. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Quilombola – GEPEQ.

3 Este artigo é um recorte do meu projeto de pesquisa do doutorado em Educação que está sendo construído com o título “**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL E NO ESTADO DE MATO GROSSO: um olhar por meio do Censo Demográfico de 2022**”.

pesquisa que contribui para o entendimento dessa crise sanitária no Brasil: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19. Trata-se de uma pesquisa domiciliar, amostral e que teve a sua coleta realizada por telefone, com o início em 04 de maio e encerramento em 11 de dezembro de 2020. As divulgações foram semanais para alguns indicadores nacionais e para um leque maior de informações as divulgações foram mensais para Brasil e Unidades da Federação, sendo disseminados os resultados da pesquisa entre os meses de maio a novembro de 2020 (IBGE, 2020).

Uma das questões tratadas na PNAD COVID19 é a desocupação⁴, informalmente conhecida como desemprego. Sabe-se que o drama de não ter um trabalho já atingia milhões de brasileiros no início de 2020 e ao longo da pandemia essa questão foi agravada. Como forma de alcançar um conhecimento mais aprofundado sobre a temática, é interessante detalhar mais analiticamente o perfil do brasileiro que sofria com o desemprego antes e durante a pandemia, pois quanto mais detalhada a informação, maior a possibilidade de adoção de ações corretivas que efetivamente minimizem os problemas encontrados. Nesse sentido, a problemática deste artigo é a seguinte: o desemprego impactou de forma proporcional à população brasileira ao longo da pandemia ou acentuou as diferenças raciais, educacionais e de gênero?

Para responder essa pergunta, este artigo tem como objetivo analisar o comportamento da desocupação no Brasil em 2020, considerando a cor ou raça, sexo e nível de instrução dos moradores. A perspectiva teórica será embasada, principalmente, nas teorias pós-coloniais em que autores como Quijano (2009) ensinam que as relações de poder são materializadas por meio de eixos como trabalho, raça e gênero. As variáveis eleitas para se estudar o desemprego durante a pandemia são justamente para facilitar essa reflexão sobre a distribuição de poder no campo do trabalho no país. Metodologicamente é um estudo quantitativo e qualitativo, sendo que os dados quantitativos foram extraídos do endereço eletrônico da PNAD COVID19.

O artigo possui quatro partes. A primeira é esta introdução que problematizou a pergunta que suscitou a pesquisa, além de apresentar as perspectivas teórica e metodológica. A segunda detalhou os conceitos fundamentais para a compreensão deste artigo, como desocupação, ocupação, força de trabalho e taxa de desocupação. A terceira apresenta os resultados da taxa de desocupação da PNAD COVID19 por meio de quatro gráficos e as análises quantitativas e qualitativas sob o olhar das teorias pós-coloniais. E a última seção

4 Neste trabalho os termos desocupação e desemprego serão tratados como sinônimos.

são as considerações finais com a compilação das principais questões contempladas ao longo da pesquisa.

2 Taxa de Desocupação

Na PNAD COVID19 há diversos indicadores sobre trabalho e alguns são fundamentais para o entendimento do principal índice utilizado neste artigo que é a Taxa de desocupação. O mais importante conceito é o de pessoas desempregadas (o termo técnico é pessoas desocupadas) que “são classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram providência efetiva para consegui-lo na semana anterior à semana de referência.” (IBGE, 2020, p. 8).

De acordo com esse conceito não adianta estar sem trabalho para ser considerada desocupada. Além disso, a pessoa tem que ter tentado conseguir uma ocupação no período de referência da pesquisa, como distribuir currículos, participar de entrevistas, processos seletivos, cadastrar currículos em agências de emprego, dentre várias outras possibilidades de pressionar o mercado de trabalho. A apropriação desse conceito é fundamental para a compreensão do que a PNAD COVID19 considera como uma pessoa desocupada, pois nem todas as pessoas em idade de trabalhar (14 anos ou mais) entram no cálculo.

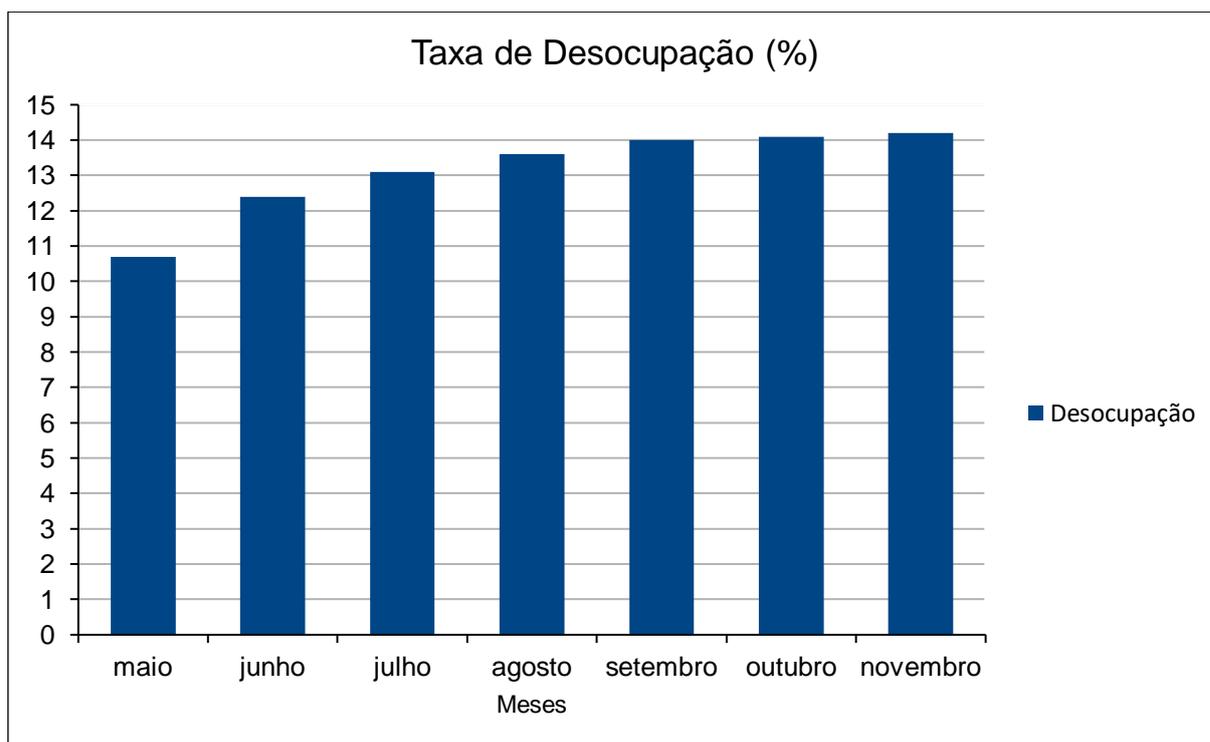
Já as pessoas que possuíam um trabalho no período de referência da pesquisa são as “pessoas ocupadas”, popularmente chamadas de pessoas empregadas. A PNAD COVID19 retrata a ocupação formal e a informal, sendo que a posição na ocupação pode ser como empregado, trabalhador doméstico, trabalhador por conta própria, empregador e trabalhador auxiliar familiar. Além disso são vistos em quais grupamentos de atividades estão essas ocupações, como agricultura, indústria, construção, comércio, transporte, alimentação, serviços domésticos, dentre outros. (IBGE, 2020).

E a soma das pessoas ocupadas e as desocupadas no período de referência da pesquisa caracteriza a “força de trabalho”. Para entender a Taxa de desocupação é necessário a compreensão desses três conceitos apresentados: pessoas desocupadas, pessoas ocupadas e pessoas na força de trabalho. De acordo com a metodologia da PNAD COVID19, a Taxa de desocupação “é o percentual de pessoas desocupadas na semana de referência em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana, isto é: [pessoas desocupadas/força de trabalho] x 100. (IBGE, 2020, p. 8).

3 Resultados

Todos os dados foram extraídos do endereço eletrônico da PNAD COVID19 e em seguida foram transformados em gráficos. São informações dos sete meses em que a pesquisa divulgou dados sobre desocupação: maio a novembro de 2020. As demais variáveis utilizadas foram cor ou raça (branca, preta ou parda), sexo (masculino e feminino) e nível de instrução (sem instrução ao Fundamental incompleto, Fundamental completo ou Médio incompleto, Médio completo ao Superior incompleto, Superior completo ou Pós-Graduação). A seguir serão apresentados quatro gráficos: o primeiro sobre a taxa de desocupação no Brasil, o segundo sobre desocupação por sexo, o Gráfico 3 sobre a desocupação por cor ou raça e o Gráfico 4 sobre desocupação por nível de instrução.

Gráfico 1: Taxa de Desocupação no Brasil em 2020



Fonte: IBGE, PNAD COVID 19.

De acordo com o Gráfico 1 percebe-se que houve um aumento da taxa de desocupação ao longo dos meses em que a pesquisa foi realizada. Em maio era de 10,7%. Já em novembro estava em 14,2%, representando um aumento de 3,5 pontos percentuais. Quando esses indicadores são traduzidos em valores absolutos, constata-se que em maio eram estimadas em 10.129.000 (dez milhões, cento e vinte e nove mil) pessoas

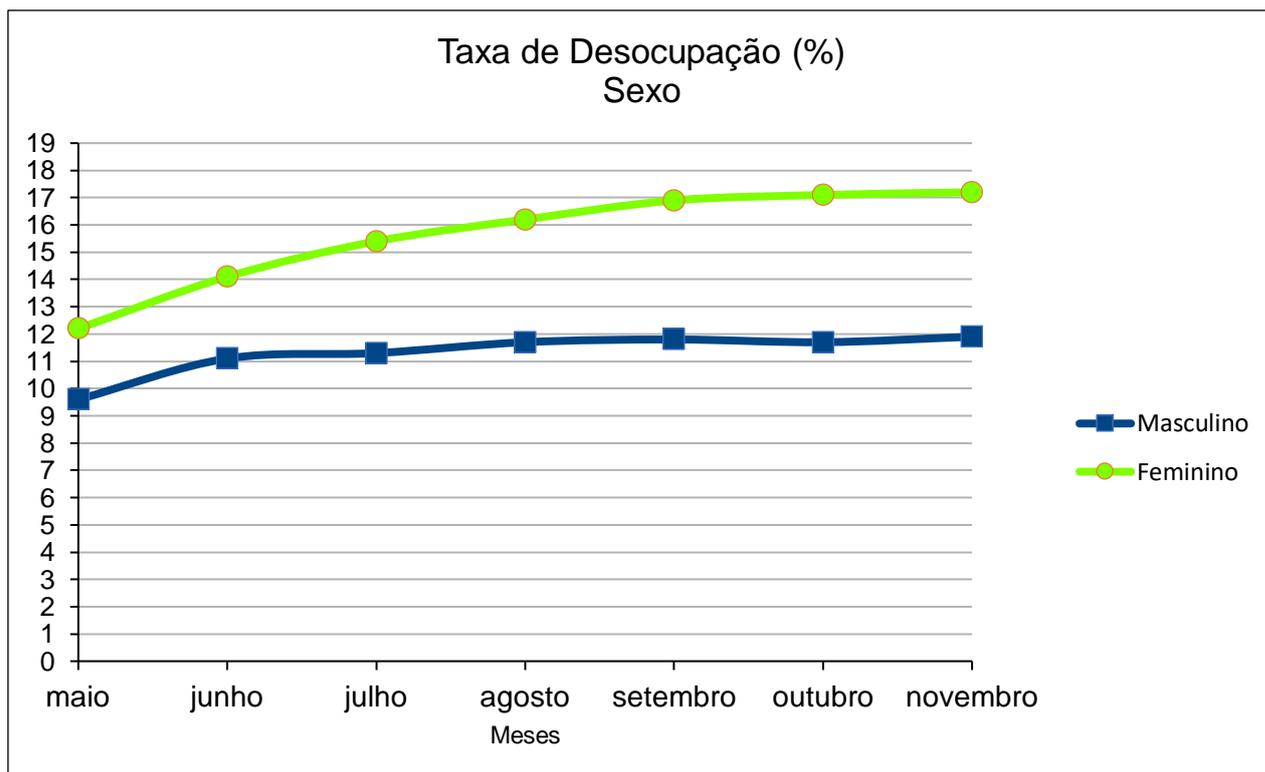
desocupadas. Esse número de mais de 10 milhões já é alarmante, pois um país possuir tantas pessoas à procura de uma ocupação, já é algo preocupante. E ao longo da pandemia a quantidade de desocupados aumentou paulatinamente e em novembro chegou ao número estimado de 14.038.000 (quatorze milhões e trinta e oito mil) pessoas. Ou seja, foram 3.909.000 (três milhões, novecentos e nove mil) pessoas a mais desocupadas em um intervalo de sete meses.

Para se ter uma ideia do que significa esse aumento de desocupados no Brasil em 2020; segundo o IBGE, no endereço eletrônico países/IBGE, a população do Uruguai em 2019 era de 3.461.731 (três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e trinta e um) habitantes. Isso mostra que só na relação histórica de sete meses da PNAD COVID19, o Brasil ganhou um exército de desocupados superior à população do vizinho Uruguai. O Brasil atravessou o mês de novembro de 2020 com mais de 14 milhões de pessoas sem trabalho e que estavam procurando uma ocupação para o seu sustento, sustento da sua família ou para a geração de alguma renda.

A PNAD COVID19 também fez retratos estaduais que corroboram que a pandemia teve consequências para o aumento da desocupação em quase todos os estados. Das 27 Unidades da Federação, apenas em quatro não houve aumento da desocupação durante a pesquisa. São elas: Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Goiás. Em todas as outras 23 Unidades da Federação houve aumento e em alguns casos foram bastante significativos com mais de 100% de crescimento, como Maranhão (saltou de 10,7% para 21,7%) ou Sergipe (de 7,3% para 18,9%). Esses dados estaduais de desocupação possibilitam uma amostra do tamanho da calamidade pública em que estava o país, pois possuir diversos estados com esse tipo de aumento da desocupação, demonstra o quanto que o povo brasileiro sofreu os impactos da pandemia.

Além das análises das desocupações feitas considerando as Unidades da Federação, também é importante saber como os dados se materializam em outras variáveis. Por exemplo, ao se aumentar os dados da desocupação, as mulheres foram mais impactadas que os homens? Ao se estudar a variável “cor ou raça”, pode-se perceber diferenças entre brancos e negros? E em relação ao nível de instrução, houve alguma relação entre aumento da desocupação e baixa escolaridade? Os próximos três gráficos serão objetos de análises e reflexões acerca desses temas.

Gráfico 2: Taxa de Desocupação no Brasil em 2020 por Sexo



Fonte: IBGE, PNAD COVID 19.

O gráfico 2 retrata como a desocupação teve seu comportamento evidenciado com a variável “sexo”. A taxa feminina já era superior no início da série histórica com 12,2% da força de trabalho, enquanto a taxa masculina era de 9,6%. No final da série histórica a taxa feminina era de 17,2% e a taxa masculina 11,9%. Isso demonstra que ao longo do estudo na pandemia que a desocupação feminina aumentou mais que o dobro da masculina, visto que aquela aumentou 5 pontos percentuais, enquanto esta teve um aumento de 2,3 pontos percentuais. Esses dados demonstram uma elevada desigualdade entre os sexos masculino e feminino, pois o ponto de partida do sexo feminino já foi de desvantagem e mesmo assim, quanto mais se prolongava a pandemia, maior ficava a desigualdade entre os sexos.

Essas desigualdades sexuais podem ser explicadas pelas heranças coloniais e os valores que acabaram interiorizados na sociedade como um todo. Segundo Grosfoguel (2008), o patriarcalismo é uma das marcas coloniais que vigem nos campos sociais, fazendo com que não seja fácil escapar das hierarquias sexuais e de gênero. Essas diferenças entre as taxas de desemprego no início e, principalmente, o aumento da desigualdade ao longo da pandemia podem ser explicadas pelos valores patriarcais que ainda são aspectos fortes para a compreensão do mundo contemporâneo.

O IBGE possui uma publicação que retrata essas desigualdades sexuais e apresenta as condições de vida das mulheres no país. São as “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, que teve a segunda publicação em 2021. Esse trabalho explica, por exemplo, que essas desigualdades de desemprego não podem ser atribuídas aos aspectos educacionais, já que as mulheres estão mais instruídas que os homens no cenário nacional. A taxa ajustada líquida do ensino superior está em 21,5% para os homens e 29,7% para as mulheres. Além disso, em cursos tradicionais com forte vínculo com o mercado de trabalho como Medicina e Direito tem a população feminina como maioria. (IBGE, 2021).

Há um outro dado sobre essa pesquisa do IBGE que revela qual deve ser o principal motivo dessa discrepância. Trata-se do maior envolvimento que a população feminina tem em trabalhos não remunerados, quando se compara à população masculina. Segundo IBGE (2021) as mulheres dedicam quase o dobro do tempo que os homens para cuidar das pessoas ou afazeres domésticos ao longo das semanas, pois enquanto esses separam 11 horas, aquelas dedicam 21,4 horas. Provavelmente esse é um dos principais motivos para a maior dificuldade feminina em se inserir no mercado de trabalho devido a dupla jornada entre os trabalhos remunerado e não-remunerado.

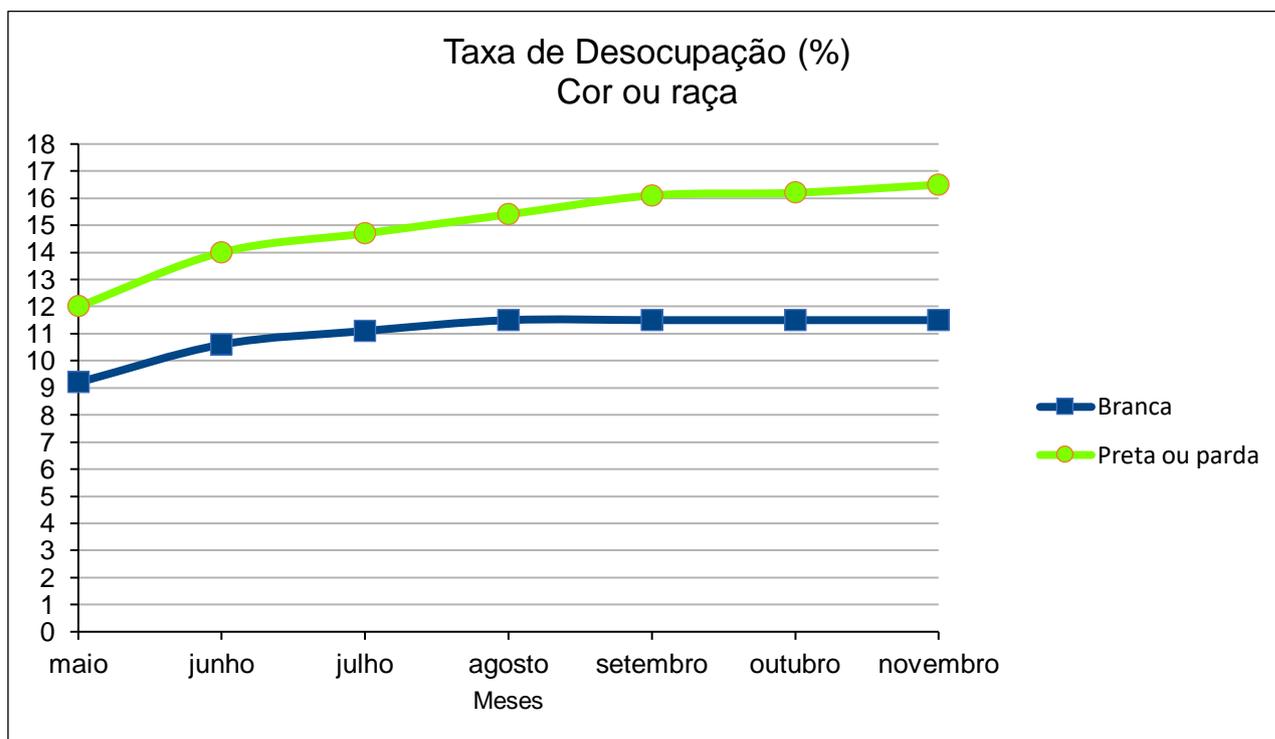
Esse paradigma preconceituoso, colonial, machista e patriarcal de que “tarefas de casa é coisa de mulher” acentuou as dificuldades femininas no mercado de trabalho durante a pandemia. As discrepâncias que já existiam ficaram ainda mais elevadas e desiguais. A crise sanitária da Covid-19 ampliou o debate sobre a sobrecarga do trabalho das mulheres devido às assimetrias e desigualdades de gênero que o isolamento social e a necessidade trabalho remoto acentuaram para as famílias ao redor do mundo.

Segundo Castro e Chaguri (2020) houve um impacto muito maior no cotidiano feminino (ao se comparar com o masculino) para conseguir conciliar as atividades profissionais com os aspectos pessoais de divisão dos trabalhos domésticos e cuidados com membros da família. Uma das características da natureza do trabalho de milhões de trabalhadores durante a pandemia foi a necessidade de teletrabalho com o desenvolvimento das atividades em *homeoffice*.

Essa sobreposição de atividades pessoais e profissionais no mesmo ambiente traz enormes dificuldades, principalmente, para as mulheres, pois conciliar atividades laborais, limpeza da casa, preparo das refeições, cuidado dos filhos e tudo no mesmo espaço físico, certamente afetou negativamente a participação feminina no mercado de trabalho devido a distribuição desigual das atividades familiares entre homens e mulheres,

fruto das heranças coloniais e o patriarcalismo oriundo delas. Visibilizar essas discrepâncias, reconhecer a sobrecarga e compreender o impacto disso no mercado de trabalho já é um primeiro e importante passo para reverter esse quadro. (CASTRO e CHAGURI, 2020).

Gráfico 3: Taxa de Desocupação no Brasil em 2020 por Cor ou Raça



Fonte: IBGE, PNAD COVID 19.

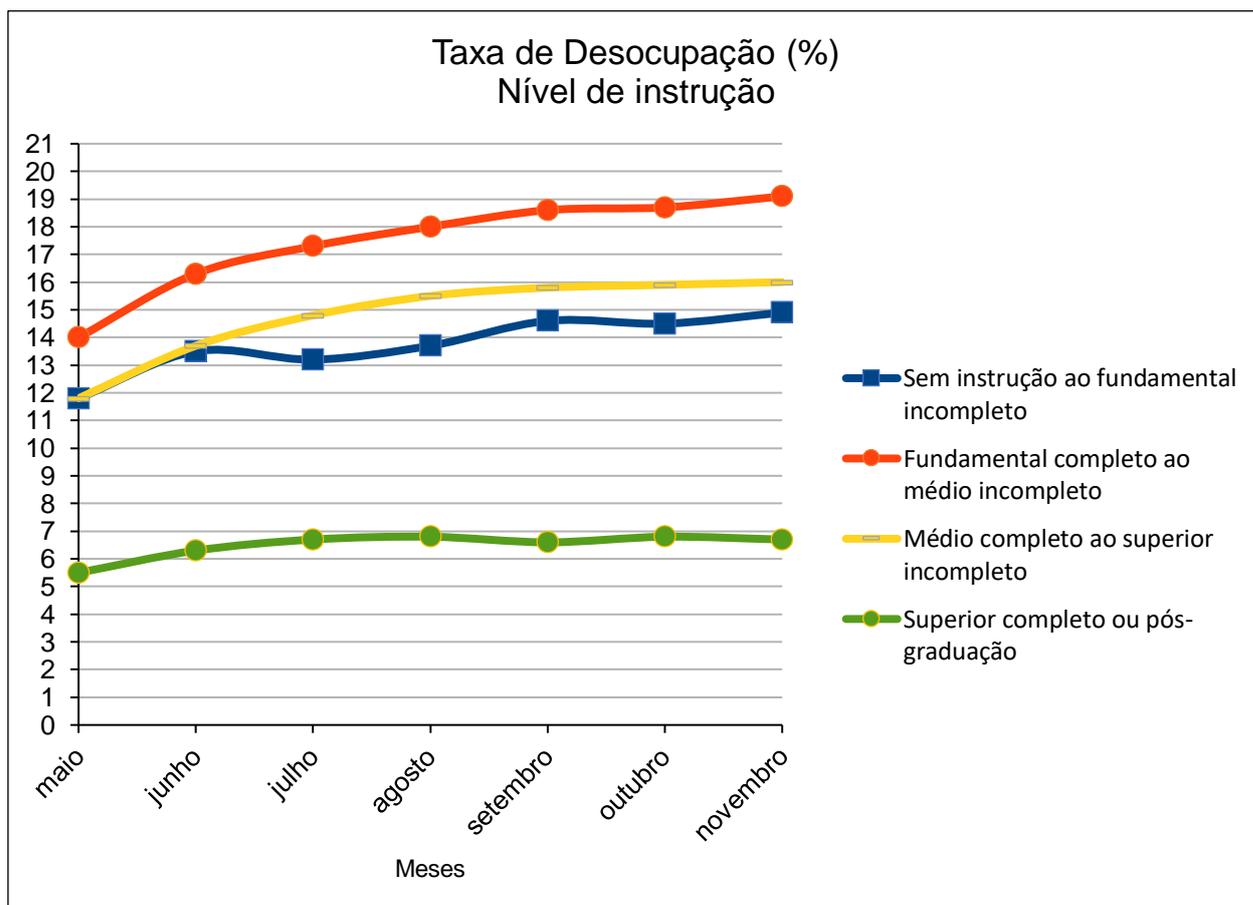
O Gráfico 3 materializa como a desocupação no país é demonstrada por meio da variável “cor ou raça”, separando a população branca e a população preta ou parda. As mesmas desvantagens verificadas no Gráfico 2 para o sexo feminino são vistas para a população preta ou parda. Ou seja, a população negra iniciou a séria histórica com uma taxa maior de desocupação e mesmo assim foram os mais impactados pela falta de ocupação, porque o seu indicador aumentou quase o dobro que da população branca. Em maio a taxa de desocupação das pessoas que se consideram brancas era de 9,2 % e em novembro passou para 11,5%, significando um aumento de 2,3 pontos percentuais. E a taxa de desocupação das pessoas que se consideram pretas ou pardas, em maio, era de 12% e em novembro aumentou para 16,5%, caracterizando um acréscimo de 4,5 pontos percentuais.

Conforme aponta Florêncio (2020) para explicar o porquê da população negra ter sido mais impactada do que a branca, é preciso resgatar o conceito de racismo estrutural, visto que é um elemento-chave para a compreensão do aprofundamento das desigualdades raciais ocorridas ao longo da pandemia. A apropriação desse conceito facilita o entendimento de que em momentos de crises a população negra é mais impactada devido à herança colonial que tem seus efeitos sentidos até os dias atuais moldando as relações sociais e econômicas.

Segundo Almeida (2019) o racismo estrutural oferece um sentido e uma lógica para moldar a vida contemporânea. E justamente por ser estrutural, esse racismo é um princípio estruturante e organizador dos diversos campos sociais, naturalizando as desigualdades existentes neles, inclusive no campo social do trabalho. Não é razoável imaginar que a população negra teve um aumento duas vezes maior de desemprego do que a população branca e considerar isso normal. Essa diferença racial é fruto de uma sociedade pós-colonial em que a variável “cor ou raça” é um elemento primordial para sua compreensão.

De acordo com Florêncio (2020) o racismo é a principal explicação para essas desigualdades raciais entre as populações branca e negra. As pessoas que se declaram pardas ou pretas possuem menos oportunidades de trabalho devido a cor da pele e a estrutura da sociedade está funcionando de acordo com essa lógica e com esse princípio. Isso explica a desproporcionalidade dos impactos da crise pandêmica ao se verificar as taxas de desemprego pelo prisma racial. O racismo é a chave da explicação para o fenômeno da naturalização dessas estruturas excludentes e pela geração de menos possibilidades de trabalho para essa parcela da população.

Gráfico 4: Taxa de Desocupação no Brasil em 2020 por Nível de Instrução



Fonte: IBGE, PNAD COVID 19.

O Gráfico 4 apresenta a desocupação brasileira sob a ótica do nível de instrução. A análise do gráfico ensina muita coisa sobre a realidade das pessoas que estão a procura de uma ocupação no país, considerando a sua escolaridade. O primeiro ponto que salta aos olhos é que as pessoas com Superior completo ou Pós-Graduação eram as menos impactadas antes e durante a pandemia. Em maio a taxa de desocupação dessa parcela da população era de 5,5% e em novembro era de 6,7%, significando o menor aumento das quatro classificações pesquisadas. Segundo essa mesma pesquisa, os diretores e gerentes; profissionais das ciências e intelectuais; e os trabalhadores qualificados do setor agropecuário foram os grupamentos ocupacionais que menos foram impactados pela pandemia, provavelmente por serem funções que tinham como pré-requisitos um elevado grau acadêmico como um curso Superior ou Pós-Graduação.

A população com Fundamental completo ou Médio incompleto possui a maior taxa de desocupação no início e no final da pandemia e é a faixa da população que mais

teve impacto, pois o aumento da desocupação foi de 5,1 pontos percentuais (14% em maio e 19,1% em novembro). E nas duas outras faixas de classificação as taxas de desocupação eram as mesmas no início da série histórica. Em maio os desocupados sem instrução ao Fundamental incompleto e os desocupados com Médio completo ao Superior incompleto estavam com 11,8%. Contudo, a partir de julho os dados da população com ensino Médio completo ao Superior incompleto se descola e cresce mais nos meses seguintes chegando a 16% em novembro, com um aumento de 4,2 pontos percentuais.

De acordo com Menezes Filho (2001), o acúmulo de anos de estudo via escola é um dos principais determinantes das desigualdades sociais do país. Quanto maior o nível de instrução, maiores são as probabilidades de engajamento na sociedade por meio de um trabalho que proporcione possibilidades de uma vida digna. E a falta desses anos de estudo, por outro lado, traz uma maior insegurança e incerteza sobre o êxito em conseguir emprego. Os dados da PNAD COVID19 demonstraram isso, principalmente, ao retratar a população com nível superior e o baixo impacto que tiveram na pandemia em relação ao desemprego.

Menezes Filho (2001) estudou o tema desemprego e seus vínculos com o nível de instrução, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Domicílio e chegou a conclusões semelhantes, mesmo tratando de um outro recorte temporal, pois sua pesquisa foi entre 1977 a 1997. Nesse período o desemprego saltou de 2% para 6% e ficou nítido que alguns grupos foram muito mais afetados que outros. Dentre os que menos impactados com o drama do desemprego estavam as pessoas com curso superior.

Isso demonstra a relevância dos programas que visam o aumento do percentual de pessoas com nível superior, como o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 que tem como Meta 12 elevar os percentuais de indicadores do ensino superior no país. Possuir melhores níveis da população com elevado grau de instrução minimiza as chances dessas pessoas dependerem de ajudas ou auxílios governamentais em momentos de crise como à sanitária de 2020/2021. Com esses estudos é demonstrado mais uma vez que alocar recursos para a área educacional não pode nunca ser visto como uma despesa, e sim como um investimento.

Apesar de todas as reflexões feitas até o momento com base em Menezes Filho (2001), o seu olhar da Educação, vista como o acúmulo de anos de estudo via escola, pode ser expandido, pois este artigo enxerga a Educação como algo que não se limita “aos muros da escola” ou os aspectos formais da Educação. Este trabalho percebe a educação na escola como uma das formas de formação humana, visto que há diversos outros

espaços educadores como os movimentos sociais, os ambientes familiares, religiosos, dentre outros. Além disso, este trabalho defende que a Educação deve ser vista como um prisma que integra todos esses aspectos da vida cotidiana das pessoas.

Considerando esse olhar mais amplo, a educação não deve se limitar em preparar as pessoas ao mercado de trabalho, e sim formar pessoas para a sociedade, vinculando-os aos aspectos éticos, de cidadania e interiorizando neles que são cidadãos com direitos e deveres. Soma-se ao fato da Educação poder contribuir com os aspectos culturais, políticos e identitários de um povo. Então, o baixo nível de escolaridade das pessoas que procuram emprego no país traz preocupações que vão além dos aspectos da empregabilidade, pois quanto mais educada for uma população (em especial por meio de uma educação crítica), maiores as chances da construção de um país com empregados e empregadores que se preocupem com temas como emancipação, respeito, diversidade, equidade, justiça e igualdade social.

O Gráfico 4 aponta dois desafios: o primeiro é a importância de elevação dos níveis escolares da população em busca de emprego; e em segundo lugar que a expansão dos indicadores de instrução seja acompanhada por uma adaptação curricular constante para que seja observado em todas as áreas do conhecimento os saberes locais, a cultura de cada povo onde as instituições escolares estão inseridas, os conhecimentos historicamente construídos, as memórias orais e demais aspectos que contribuam para que os trabalhadores/estudantes se enxerguem nos currículos e que se sintam protagonistas em suas trajetórias escolares/laborais.

Segundo Cândia e Barbosa (2016) uma educação deve envolver uma consciência crítica e anticolonialista e que proponha valores e referências para a constituição de identidades condizentes com as matrizes culturais de cada povo. Pensar a Educação dessa forma é importante, visto que diversas formações escolares do Brasil possuem em toda a sua trajetória, apenas, estudos e conhecimentos produzidos na Europa e Estados Unidos. A consequência disso é ter uma Educação que desconsidera os conhecimentos locais e constrói uma identidade nacional inferiorizada ao passo que enxerga uma superioridade dos antigos colonizadores.

De acordo com Ando e Bonicci (2005) garantir uma Educação que desconstrua esses modelos mentais e incorpore o ponto de vista dos colonizados no currículo escolar é um passo de extrema relevância para apagar na mente das pessoas uma pseudonoção de hierarquização em que a população dos países do norte são vistos como centrais e dos países do sul como periféricos. E essa desconstrução também vai ao encontro para a

valorização de uma Educação que tenha um olhar sensível aos povos subalternizados como a população das favelas, quilombolas, indígenas e demais minorias que pouco se enxergam nos materiais didáticos na sala de aula.

4 Considerações finais

Este artigo analisou as informações sobre desocupação no Brasil, ao longo dos meses de maio a novembro de 2020, por meio da pesquisa PNAD COVID19 do IBGE. Essas análises objetivaram responder a seguinte pergunta: o desemprego impactou de forma proporcional à população brasileira ao longo da pandemia ou acentuou as diferenças raciais, educacionais e de gênero? Após as análises quantitativas e qualitativas, foram evidenciadas as seguintes questões acerca do tema:

O número de desempregados já era elevado no início da pandemia e a medida que a crise sanitária se estendia ao longo dos meses, maiores ficaram as taxas de desocupação. Essa diminuição dos postos de trabalho ocorreu em quase todo o país, sendo que das 27 Unidades da Federação, apenas em quatro não houve aumento da desocupação durante a pesquisa. Em todas as outras 23 Unidades da Federação houve aumento do desemprego.

Para a variável “sexo”, a taxa feminina já era superior no início da série histórica e, mesmo assim, aumentou mais que o dobro da masculina ao longo dos meses pesquisados da pandemia. Essas desigualdades sexuais podem ser explicadas pelas heranças coloniais e seus valores patriarcais, visto que o maior envolvimento que a população feminina tem em atividades domésticas deve ter afetado a sua inserção e continuidade no mercado de trabalho, devido a dupla jornada entre os trabalhos remunerado e não-remunerado, principalmente, durante a crise sanitária em que aumentou a necessidade de isolamento social, ajuda de membros da família, estudos e trabalhos de forma remota.

No quesito “cor ou raça”, as mesmas desvantagens verificadas para o sexo feminino foram vistas para a população preta ou parda. A população negra iniciou a série histórica com uma taxa maior de desocupação e mesmo assim foram os mais impactados pela falta de ocupação, visto que o seu indicador aumentou quase o dobro que das pessoas que se identificam como brancas. O racismo estrutural é um elemento-chave para a compreensão do aprofundamento das desigualdades raciais ocorridas ao longo da pandemia, pois explica o porquê da desproporcionalidade dos impactos da crise sanitária ao se verificar as taxas de desemprego pelo prisma racial.

A desocupação brasileira sob a ótica do nível de instrução apontou que pessoas com Superior completo ou Pós-Graduação foram as menos impactadas antes e durante a pandemia. E a população com Fundamental completo ou Médio incompleto possuía a maior taxa de desocupação no início da séria histórica e também foi a mais impactada durante a pandemia. Isso demonstrou como o acúmulo de anos de estudos pode ser determinante para se engajar na sociedade por meio de um trabalho que garanta uma vida digna. Apesar disso, deve-se sempre ter em mente que a Educação não se limita em preparar as pessoas ao mercado de trabalho, e sim formar pessoas para a sociedade, vinculando-os aos aspectos éticos e de cidadania.

Considerando os dados analisados, pode-se afirmar que antes da pandemia já existiam desigualdades de sexo, racial e educacional sobre a temática do emprego/desemprego no Brasil; e mesmo assim as populações feminina, negra e de baixa escolaridade tiveram essas desigualdades ainda mais acentuadas durante a pandemia. As diferenças sexuais e raciais podem ser explicadas pelas heranças coloniais que ainda vigem na subjetividade do brasileiro em todos os campos sociais. E os indicadores educacionais corroboram mais uma vez da importância da elaboração de programas públicos educacionais para a expansão e melhorias no nível educacional brasileiro, em especial para uma formação humana plural, plena, diversa e emancipatória.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. 1.ed. São Paulo, Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDO, M. Y.; BONNICI, T. **Entre a dominação e o revide**: a resposta do colonizado em apenas um Curumim de Werner Zotz. Publ. UEPG CI. Hum. CI., Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 13 (2) 19-32, dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014:2024**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em 21 ago. 2021.

CÂNCIO, R. N. P.; BARBOSA. A. C. E. Pós-Colonialismo, Educação e Consciência Crítica Latino-Americana em “Ariel” de Rodó. **Periferia**, vol. 8, n°2, 2016, julho, pp. 21-44. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana Miggiolaro. Gênero, tempos de trabalho e pandemia: por uma política científica feminista. **Linha Mestra**, n. 41 A, p. 23-31, 2020. Disponível em: <http://lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/388> Acesso em 02 ago. 2021.

FLORÊNCIO, Martina Ribeiro. A pandemia e o aprofundamento da racialização. **Revista do NESEF**, v.9, n. 2, ago./dez. 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, março 2008: 115-147.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2º edição. **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica**, nº 44, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e> Acesso em 02 ago. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19**. Página institucional. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/> Acesso em: 21 ago.2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19**. Relatório Mensal. Novembro de 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/> Acesso em: 21 ago.2021.

MENEZES FILHO, Naercio Aquino. **A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho**. Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, 2001.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, p. 73-117, 2009.